網上購物
Compras Online

因應科技發展迅速，近年不少消費者都會選擇“留家”網上消費。由於社交平台及即時通訊程式的群組涉及的人脈比較廣，故不少生意人用作推銷宣傳商品及服務的消費交易途徑。對消費者來說使用社交平台進行消費者交易最方便不過，加上群組組員的互相推介，見有人買自己又去買亦會刺激消費意欲。

雖然買得方便，但必須要留意交易安全風險，購買後是否有保障。首先就要瞭解出售物品的人是否屬經營者。將於2022年1月1日正式生效的第9/2021號法律«消費者權益保護法»，有更清楚明確地作出界定，“經營者”是指以營利為目的且具有業務性質而從事向消費者提供商品或服務的經濟活動的自然人或法人。如果出賣人以私人的身份出售自己的物品，並非以經營企業模式進行零售活動，其未必符合相關法律對“經營者”的定義。如不屬經營者與消費者的交易關係，便不屬«消費者權益保護法»的適用範圍。

由於凡經營工商業性質的任何活動的自然人或法人須繳納營業稅，故會在財政局辦理稅務登記。第9/2021號法律«消費者權益保護法»生效之後，遠程訂立的合同的經營者，應向消費者提供一系列的資訊，包括其納稅人編號等資料，以便消費者在交易前知悉對方是否屬經營者或私人，又或有否具條件日後聯繫到對方處理爭議。消費者在交易前應充分掌握有關資訊，從而決定是否與對方進行交易。

另外，網上交易是沒有地域限制，但根據消委會的職能，只能處理在澳門特區內發生的消費糾紛，又或協助轉介個案至有簽署合作協議的境外消費者組織，所以消費者在網上購物，都要謹慎作出合適的選擇。

À medida que a tecnologia tem vindo a desenvolver-se de forma rápida, muitos consumidores optam por “ficar em casa” para fazer compras online. Como as redes sociais e os grupos em aplicações de comunicação envolvem muitas pessoas, esses são utilizados por muitos comerciantes como um canal de transacção em que se promovem os seus bens e serviços. Para os consumidores, é muito conveniente efectuar transacções em redes sociais, bem como ficam com maior vontade de realizar compras com as recomendações que os membros do grupo dão uns aos outros e quando vêem que outras pessoas também compram.

Embora seja conveniente, é importante prestar atenção aos riscos de segurança e verificar se há protecção após a compra. Em primeiro lugar, deve confirmar se a pessoa que vende bens é um operador comercial. A Lei n.º 9/2021 (Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor), que entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 2022, define claramente que se entende por “operador comercial” pessoa singular ou colectiva que exerça, com carácter profissional, uma actividade económica, com fins lucrativos e que consista no fornecimento de bens ou na prestação de serviços ao consumidor. Se um vendedor vender os seus bens por negociação particular não exercendo actividades de venda a retalho como empresa comercial, esse pode não atender à definição de “operador comercial” ao abrigo da lei relacionada. No caso de não se tratar de relação entre o operador comercial e o consumidor, não é aplicável a Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor.

Como as pessoas singulares ou colectivas que exercem qualquer actividade de natureza comercial ou industrial estão sujeitas à contribuição industrial, essas estão registadas junto da Direcção dos Serviços de Finanças. Após a entrada em vigor da Lei n.º 9/2021 (Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor), o operador comercial que celebra contrato à distância deve prestar uma série de informações ao consumidor, incluindo o seu número de contribuinte, para que o consumidor possa saber, antes da transacção, se a outra parte é um operador comercial ou um particular, ou se há condições que possibilitem o contacto com a outra parte no futuro em caso de conflito. Os consumidores devem dominar bem as informações relevantes antes da transacção, de modo a decidir se efectuam transacção ou não com a outra parte.

Além disso, não existem restrições geográficas em relação às transacções online, mas é de notar que ao Conselho de Consumidores só compete tratar conflitos de consumo que ocorram na Região Administrativa Especial de Macau ou ajudar no encaminhamento de casos para organizações de consumidores no exterior com que tenha assinado acordos de cooperação, pelo que os consumidores devem fazer cuidadosamente uma escolha apropriada quando fazem compras online.